

# Sumário

**Apresentação**..... 1

**Prefácio** ..... 7

## PARTE 1: PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS E CONTROLE

**A Hora e a Vez do Planejamento das Contratações Públicas:  
as Novidades da Lei nº 14.133/2021**..... 15

*Bernardo Strobel Guimarães | Pedro Henrique Braz De Vita*

1. Introdução ..... 15

2. O Planejamento como Princípio e a Importância da Fase  
Preparatória..... 17

3. A Fase Preparatória e o Estudo Preliminar ..... 20

4. As Diretrizes do Planejamento e da Padronização..... 23

5. Considerações Finais..... 26

6. Referências..... 27

**Os Mecanismos da Nova Lei de Licitações para a Promoção do  
Desenvolvimento Nacional Sustentável** ..... 29

*Thiago Lima Breus | Natália Bortoluzzi Balzan*

1. Introdução ..... 30

2. A Inclusão do Incentivo ao Desenvolvimento Nacional Sustentável  
como Objetivo do Processo Licitatório..... 32

3. A Delimitação da Contratação Mais Vantajosa à Luz do  
Desenvolvimento Nacional Sustentável na Nova Lei..... 42

4. O Licenciamento Ambiental na Nova Lei de Licitações ..... 48

5. Conclusões..... 52

6. Referências Bibliográficas..... 54

**Governança Pública, Consensualismo e Oportunidades de Diálogo na Nova Lei de Licitações.....57**

*Gabriela Lira Borges*

|  |    |
|--|----|
| 1. Introdução .....  | 57 |
| 2. Governança: do Privado para o Público.....                | 59 |
| 3. Do Diálogo como Contributo para a Governança Pública..... | 67 |
| 4. Oportunidades de Diálogo na Nova Lei.....                 | 73 |
| 4.1 Diálogo competitivo.....                                 | 73 |
| 4.2 Audiência pública.....                                   | 76 |
| 4.3 Procedimento de manifestação de interesse - PMI.....     | 79 |
| 4.4 Contratação integrada e semi-integrada.....              | 82 |
| 4.5 Meios alternativos de resolução de controvérsias.....    | 85 |
| 5. Considerações Finais.....                                 | 88 |
| 6. Referências Bibliográficas.....                           | 90 |

**Comentários aos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações e Contratos: a Alocação de Riscos e Seus Reflexos no Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo..... 93**

*Aldem Johnston Barbosa Araújo | Roberto Pimentel Teixeira*

|   |     |
|---|-----|
| 1. Linhas Gerais sobre a Alocação de Riscos nos Contratos Administrativos.....  | 94  |
| 2. Aspectos Formais dos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações .....  | 96  |
| 3. Hipóteses de Facultatividade e Obrigatoriedade da Alocação de Riscos nos Contratos Administrativos.....                    | 98  |
| 4. A Alocação de Riscos no Novo Regime Jurídico de Compras e Contratações Públicas: Considerações Gerais .....                | 100 |
| 5. A Alocação de Riscos na Nova Lei de Licitações e o Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos.....      | 103 |
| 6. Possíveis Repercussões Práticas dos Artigos 22 e 103 da Nova Lei de Licitações: Tentativa de um Exercício de Prognose..... | 103 |

|  |            |
|--|------------|
| 7. Considerações Finais: O que Deve Ser Evitado ao Interpretar os Artigos 22 e 103 do Novo Regime de Licitações e Contratações Públicas? ..... | 105        |
| <b>A Nova Lei de Licitações e as Novas Hipóteses de Dispensa de Licitação.....</b>   | <b>109</b> |
| <i>Caio Augusto Nazário de Souza</i>   |            |
| 1. Introdução .....  | 109        |
| 2. O Regime Constitucional, a Dispensa de Licitação e a Desburocratização da Nova Lei de Licitações .....                                      | 110        |
| 3. Reflexões sobre as Novas Hipóteses de Dispensa de Licitação Trazidas pela Lei nº 14.133/2021 .....  | 115        |
| 4. Conclusão .....   | 124        |
| 5. Referências .....   | 125        |
| <b>O Sigilo do Orçamento na Nova Lei de Licitações: Quando Adotá-lo e Qual o Resultado Prático para os Procedimentos Licitatórios? .....</b>   | <b>127</b> |
| <i>Clóvis Alberto Bertolini de Pinho</i>   |            |
| 1. Introdução .....  | 128        |
| 2. Antecedentes Normativos que Conduziram à Alteração Legislativa da Lei de Licitações.....  | 129        |
| 3. As Previsões da Nova Lei de Licitações Quanto ao Orçamento Estimado da Licitação .....  | 133        |
| 3.1 Não obrigatoriedade de adoção do orçamento sigiloso .....  | 134        |
| 3.1.1 Casos em que é oportuna a adoção do orçamento sigiloso.....  | 134        |
| 3.2 Momento da revelação do orçamento estimado aos licitantes .....  | 135        |
| 3.3 O que deve ser objeto de divulgação?.....  | 136        |
| 3.4 Sigilo do orçamento que não se converte em cerceamento de defesa.....  | 137        |
| 3.5 Fase de negociação e o impacto direto do orçamento estimado para a desclassificação das propostas .....                                    | 137        |
| 3.6 Modificações no orçamento que devem ser comunicadas aos licitantes .....   | 138        |

|  |            |
|--|------------|
| 3.7 Inoponibilidade do sigilo aos órgãos de controle .....   | 138        |
| 4. Reais Impactos do Sigilo do Orçamento para os Procedimentos<br>Licitatórios – A Experiência do RDC .....  | 138        |
| 5. Conclusões.....   | 140        |
| 6. Referências Bibliográficas.....   | 142        |
| <b>O Diálogo Competitivo à Luz da Nova Lei de Licitações:<br/>Um Comparativo entre a Perspectiva Europeia e as<br/>Expectativas em Âmbito Nacional .....</b> | <b>145</b> |
| <i>Iran Mateus Reis Silva   Vinicius Germano Angermeyer</i>  |            |
| 1. O Diálogo Competitivo.....  | 145        |
| 2. O Diálogo Competitivo no Cenário Europeu .....  | 149        |
| 3. O Diálogo Competitivo na Realidade Brasileira .....   | 151        |
| 4. Conclusão .....   | 153        |
| 5. Referências .....   | 154        |
| <b>A Que(m) Serve o Princípio da Isonomia na Nova Lei de Licitações?<br/>A Desclassificação e Inabilitação de Licitantes na Lei nº 14.133/2021 .....</b>     | <b>157</b> |
| <i>Luiz Eduardo Altenburg de Assis</i>   |            |
| 1. Introdução .....  | 158        |
| 2. A Lógica das Fases de Julgamento e Habilitação .....  | 159        |
| 3. O Problema da Bipolaridade do Princípio da Isonomia .....   | 164        |
| 4. O Novo Paradigma da Lei nº 14.133/2021 sobre os<br>Vícios Documentais.....  | 173        |
| 5. O Dever de Regularização de Documentos nas Fases de<br>Julgamento e Habilitação.....  | 178        |
| 5.1. Regularização dos documentos da proposta .....  | 179        |
| 5.2. Regularização dos documentos de habilitação.....  | 185        |
| 6. À Guisa de Conclusão: por uma Compreensão Instrumental<br>do Princípio da Isonomia em Prol da Formalização da<br>Contratação Mais Vantajosa .....         | 187        |
| 7. Referências .....   | 189        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Modos de Disputa em Licitações de Acordo com a Nova Lei de Licitações</b> .....                        | 191 |
| <i>Daniel Pacheco Ribas Beatriz</i>   |     |
| 1. Introdução .....   | 191 |
| 2. A (Decepcionante) Escassez de Novidades sobre o Tema.....  | 192 |
| 3. O Funcionamento dos Modos de Disputa.....  | 194 |
| 3.1 Modo de disputa aberto.....   | 195 |
| 3.1.1 Oferta de lances intermediários.....  | 196 |
| 3.1.2 Repetição do modo de disputa.....   | 198 |
| 3.1.3 Inexistência de previsão de proposta inicial escrita.....   | 200 |
| 3.1.4 Proibição do modo de disputa aberto quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço..... | 201 |
| 3.2 Modo de disputa fechado .....   | 202 |
| 3.3 Modo de disputa misto.....  | 203 |
| 3.3.1 Modo “fechado-aberto” .....   | 203 |
| 3.3.2 Modo “aberto-fechado” .....   | 204 |
| 3.4 Considerações gerais sobre o pregão e a concorrência .....  | 205 |
| 4. Considerações Finais.....  | 207 |
| 5. Referências Bibliográficas.....  | 208 |
| <b>Nova Lei de Licitações: o Sistema de Registro de Preços – SRP</b> .....                                | 211 |
| <i>Érica Miranda dos Santos Requi</i>   |     |
| 1. Uma Nova Disciplina .....  | 211 |
| 2. Principais Alterações para o SRP Nacional .....  | 212 |
| 2.1 Cabimento do SRP .....  | 212 |
| 2.2 Prazo de Validade .....   | 215 |
| 2.3 Contratação de Obras Por SRP .....  | 216 |
| 2.4 Contratação Direta para SRP .....   | 220 |
| 2.5 Adesão à Ata de Registro de Preços .....  | 221 |
| 2.6 Intenção de Registro de Preços .....  | 225 |
| 3. Considerações Finais.....  | 226 |

**O Controle das Contratações Públicas na Nova Lei de Licitações..... 235**

*Murilo Taborda Ribas*

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 235 |
| 2. Práticas Contínuas e Permanentes de Gestão e de Controle Preventivo de Riscos – Art. 169 ..... | 237 |
| 3. Métodos e Parâmetros de Controle das Contratações Públicas – Arts. 170 a 173 .....             | 242 |
| 3.1 Critérios para a fiscalização dos atos licitatórios – art. 170.....                           | 242 |
| 3.2 Requisitos e condições ao exercício do controle – art. 171 e seus incisos .....               | 248 |
| 3.3 Os tribunais de contas no controle das contratações – art. 171 a 173.....                     | 251 |
| 4. Conclusão .....  | 257 |
| 5. Referências Bibliográficas.....  | 258 |

PARTE 2: REGIME CONTRATUAL

**As Possibilidades do Emprego da Contratação Administrativa como Meio de Implementação de Políticas Públicas na Lei 14.133/2021 ..... 263**

*Thiago Lima Breus*

|   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução: O Emprego do Contrato Público como Meio de Efetivação de Políticas Públicas.....           | 263 |
| 2. O Uso Indireto da Contratação Pública para o Alcance de Outros Objetivos Legais e Constitucionais..... | 268 |
| 3. A Política Pública Veiculada por Meio de um Contrato Administrativo.....                               | 272 |
| 4. Conclusões.....  | 284 |
| 5. Referências.....   | 286 |

**Contrato de Eficiência..... 291**

*Rodrigo Luís Kanayama*

|                     |     |
|---------------------|-----|
| 1. Introdução ..... | 291 |
|---------------------|-----|

|  |            |
|--|------------|
| 2. Conceito de Eficiência para Fins do Contrato de Eficiência.....   | 294        |
| 3. Conceito de Prestação de Serviços .....   | 295        |
| 4. Redução de Despesas Correntes .....   | 296        |
| 5. Forma de Estabelecimento da Remuneração.....  | 298        |
| 6. Dos Critérios de Julgamento .....   | 300        |
| 7. Do Insucesso na Execução do Contrato .....  | 301        |
| 8. Da Duração dos Contratos.....   | 303        |
| 9. Aplicações e Aplicabilidade: Conclusões.....  | 304        |
| <b>Os Regimes de Execução Contratual na Nova Lei de Licitações .....</b>   | <b>305</b> |
| <i>Angela Cassia Costaldello   Pedro Henrique Braz De Vita</i>   |            |
| <i>Iran Mateus Reis Silva</i>  |            |
| 1. Introdução .....  | 306        |
| 2. As Empreitadas por Preço Global e por Preço Unitário .....  | 307        |
| 3. A Empreitada Integral e a Tarefa.....   | 314        |
| 4. Contratação Integrada e Semi-Integrada.....   | 318        |
| 5. Fornecimento e Prestação de Serviço Associado .....   | 327        |
| 6. Conclusão .....   | 330        |
| 7. Referências Bibliográficas .....  | 331        |
| <b>Os Regimes de Duração dos Contratos Administrativos na</b>  |            |
| <b>Nova Lei de Licitações.....</b>   | <b>333</b> |
| <i>Ricardo de Paula Feijó</i>  |            |
| 1. Introdução .....  | 333        |
| 2. O Regime Geral de Duração dos Contratos - Disponibilidade<br>do Crédito Orçamentário .....                                  | 334        |
| 3. O Regime dos Contratos de Serviços Contínuos e dos Contratos<br>de Aluguel de Equipamentos e Programas de Informática ..... | 336        |
| 3.1. O atendimento à necessidade pública permanente.....   | 336        |
| 3.2. O objeto da disciplina: serviços e fornecimento .....   | 338        |
| 3.3. A maior vantagem econômica da contratação.....  | 338        |

|  |            |
|--|------------|
| 3.4. A necessidade de existência de créditos orçamentários.....  | 341        |
| 3.5. A aplicação para os contratos de aluguel de equipamentos<br>e à utilização de programas de informática..... | 342        |
| 3.6. O prazo dos contratos e a sua prorrogação .....   | 343        |
| 4. O Regime Excepcional de Contratações Específicas por<br>Dispensa de Licitação .....                           | 344        |
| 5. O Regime em que a Administração É Usuária de Serviço Público .....  | 346        |
| 6. O Regime dos Contratos de Eficiência .....  | 347        |
| 7. O Regime dos Contratos por Escopo .....   | 349        |
| 8. O Regime de Contratação Associada.....  | 350        |
| 9. O Regime de Operação de Sistemas Estruturantes de<br>Tecnologia da Informação .....                           | 351        |
| 10. Conclusão.....   | 351        |
| 11. Referências Bibliográficas .....   | 352        |
| <b>Conta Vinculada: uma Oportunidade Perdida para Melhor<br/>Gestão das Obras Públicas .....</b>                 | <b>355</b> |
| <i>Vitor Beux Martins</i>  |            |
| 1. Introdução .....  | 355        |
| 2. A Conta Vinculada em Outras Estruturas Contratuais .....  | 358        |
| 3. A Previsão da Conta Vinculada na Nova Lei de Licitações.....  | 362        |
| 3.1 O veto da conta vinculada nos contratos de obras públicas.....   | 363        |
| 3.1.1 A empreitada por preço unitário .....  | 365        |
| 3.1.2 A expressão “custear as despesas correspondentes”<br>e a questão do lucro.....                             | 369        |
| 3.1.3 Enrijecimento do orçamento.....  | 371        |
| 3.2 Garantia à Administração Pública: prestação de serviços<br>com dedicação exclusiva de mão de obra.....       | 373        |
| 4. O Novo Sistema de Incentivos e os Impactos na Governança<br>dos Contratos Administrativos.....                | 376        |
| 5. Referências Bibliográficas.....   | 379        |

**O Regime Sancionador da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21):  
Consensualidade, Reabilitação e o Direito da Conformidade ..... 383**

*Pablo Ademir de Souza*

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 383 |
| 2. O Porquê Devemos Levar o Processo Administrativo Sancionador a Sério .....  | 384 |
| 3. Sancionamos para Fazer Sofrer ou para Conformar Condutas? Breve Incursão sobre o Conceito de Sanção Administrativa e sua Finalidade.....              | 388 |
| 4. A Mão Pesada e Descoordenada: Tipicidade Mitigada e a Ausência de Unidade de Ritos Processuais para Aplicação das Sanções.....                        | 391 |
| 5. “Você Me Quer Justo e Eu Não Sou Justo Mais”: Autossaneamento ( <i>Self-Cleaning</i> ), Integridade e Consensualidade na Resolução das Demandas ..... | 397 |
| 6. Conclusão .....   | 400 |
| 7. Referências .....   | 402 |

**Meios Adequados de Solução de Conflitos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos ..... 409**

*Ricardo de Paula Feijó | Caio César Bueno Schinemann*

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução .....  | 410 |
| 2. Conflitos da Administração Pública Passíveis de Submissão aos Meios Alternativos..... | 411 |
| 3. Mediação e Conciliação .....  | 413 |
| 4. Comitê de Resolução de Disputas ( <i>Dispute Boards</i> ) .....                       | 414 |
| 5. Arbitragem.....   | 416 |
| 5.1 A competência para firmar convenções arbitrais .....                                 | 417 |
| 5.2 As medidas de urgência nas arbitragens com a Administração Pública.....              | 418 |
| 5.3 Panorama geral dos regulamentos Estaduais de arbitragem .....                        | 419 |
| 6. Escolha dos Árbitros, Mediadores e Integrantes de Comitês.....                        | 421 |

|   |            |
|---|------------|
| 6.1 Inexistência de relação contratual e desnecessidade de licitação .....  | 422        |
| 6.2 O entendimento pela inexigibilidade de licitação .....  | 423        |
| 6.3 A decisão sobre o tipo de arbitragem e a relação jurídica com as Câmaras de Arbitragem e Mediação .....               | 425        |
| 6.4 A solução inadequada do credenciamento para a escolha das Câmaras de Arbitragem e Mediação .....                      | 426        |
| 6.5 A escolha dos agentes dos meios alternativos como decisão discricionária e a necessidade de motivação .....           | 427        |
| 7. Retroatividade da Lei nº 14.133/2021 .....   | 428        |
| 8. Conclusão .....  | 428        |
| 9. Referências .....  | 429        |
| <b>A Lei 14.133/2021 e a Nova Delimitação Normativa do Reequilíbrio Econômico-Financeiro na Contratação Pública .....</b> | <b>433</b> |
| <i>Luis Alberto Hungaro   Alif Ronaldo Soares Domingues</i>   |            |
| 1. Para que Veio a Lei 14.133/2021?.....  | 434        |
| 2. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato na Constituição Federal e na Lei n. 8.666/1993 .....                   | 435        |
| 3. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato na Lei 14.133/2021 .....   | 439        |
| 3.1 O conteúdo normativo geral do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato na Lei 14.133/2021 .....                  | 439        |
| 3.2 O conteúdo específico do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante o uso da matriz de riscos .....       | 445        |
| 3.3 O procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato .....   | 452        |
| 4. Conclusão .....  | 455        |
| 5. Referências Bibliográficas.....  | 457        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Considerações sobre a Disciplina dos Mecanismos Alternativos à Resolução de Controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....</b> | <b>459</b> |
| <i>Ana Carolina Hohmann</i>   |            |
| 1. Introdução .....   | 460        |
| 2. Os Mecanismos Alternativos de Resolução de Controvérsias: um Breve Retrospecto .....   | 462        |
| 3. A Arbitragem na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....   | 473        |
| 4. Conclusões.....  | 487        |
| 5. Referências Bibliográficas.....  | 488        |
| <b>Nulidade dos Contratos Administrativos na Nova Lei Geral de Licitações .....</b>   | <b>491</b> |
| <i>Bruna Lícia Pereira Marchesi</i>   |            |
| 1. Introdução .....   | 491        |
| 2. A Nulidade dos Contratos na Pretensa Nova Lei Geral de Licitações.....   | 492        |
| 2.1 Causas para a declaração de nulidade de contrato administrativo na Lei nº 8.666/93.....   | 492        |
| 2.2 Requisitos para a decretação de nulidade contratual. Comentários ao artigo 147 da Lei nº 14.133/2021 .....  | 497        |
| 2.3 Consequências da decretação da nulidade: direito de indenização .....   | 506        |
| 3. Conclusão.....   | 512        |
| 4. Referências Bibliográficas.....  | 514        |
| <b>O (Nem Tão) Novo Regime de Extinção dos Contratos.....</b>   | <b>519</b> |
| <i>Rodrigo Pavan de Valões</i>  |            |
| 1. Introdução .....   | 520        |
| 2. A Escolha Terminológica do Legislador.....   | 520        |

|  |            |
|--|------------|
| 3. As Modalidades de Extinção dos Contratos Administrativos<br>(Além do que Prevê a Nova Lei) .....  | 521        |
| 4. As Hipóteses de Extinção dos Contratos por Inadimplemento.....  | 526        |
| 4.1 As “Submodalidades” da Rescisão por Inadimplemento .....   | 526        |
| 4.1.1 Motivos Imputáveis ao Contratado. O Rol do caput<br>do Art. 137.....   | 528        |
| 4.1.2 A previsão do § 1º, do art. 137. Regulamento.....  | 536        |
| 4.1.3 Motivos Imputáveis à Entidade Contratante. Art. 137, § 2º.....   | 537        |
| 4.1.4 Ainda sobre os Motivos Imputáveis ao Ente Contratante.<br>A Faculdade de Suspensão do Cumprimento das<br>Obrigações. Art. 137, § 3º..... | 542        |
| 4.1.5 A Notificação dos Emitentes das Garantias. O § 4º,<br>do art. 137.....   | 544        |
| 5. O Art. 138 e a Origem da Decisão que Põe Fim ao Contrato<br>por Inadimplemento/Inexecução .....   | 547        |
| 6. As Consequências da Extinção do Contrato por Inadimplemento.....  | 551        |
| 7. Considerações Finais .....  | 552        |
| 8. Referências Bibliográficas.....   | 553        |
| <b>Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.....</b>   | <b>555</b> |
| <i>Guilherme Brenner Lucchesi   Maria Victoria Costa Nogari</i>  |            |
| 1. Introdução .....  | 555        |
| 2. Disposições Gerais – Revogação dos Arts. 83 a 85 da Lei n.º 8.666 .....   | 556        |
| 3. Disposições Penais: Revogação dos Arts. 89-99 da Lei n.º 8.666, de<br>1993, e Substituição pelos Arts. 337-E A 337-P do Código Penal .....  | 558        |
| 3.1 Contratação Direta Ilegal (Art. 337-E, CP).....  | 560        |
| 3.2 Frustração do Caráter Competitivo da Licitação (Art. 337-F).....   | 565        |
| 3.3 Patrocínio de Contratação Indevida (Art. 337-G).....   | 566        |
| 3.4 Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato<br>Administrativo (Art. 337-H).....   | 567        |
| 3.5 Perturbação de Processo Licitatório (Art. 337-I) .....   | 569        |
| 3.6 Violação de Sigilo em Licitação (Art. 337-J).....  | 570        |

|   |     |
|---|-----|
| 3.7 Afastamento de Licitante (Art. 337-K) .....   | 571 |
| 3.8 Fraude em Licitação ou Contrato (Art. 337-L) .....  | 573 |
| 3.9 Contratação Inidônea (Art. 337-M) .....   | 576 |
| 3.10 Impedimento Indevido (Art. 337-N) .....  | 577 |
| 3.11 Omissão Grave de Dado ou de Informação por Projetista<br>(Art. 337-O) .....                        | 578 |
| 3.12 Pena de Multa (Art. 337-P) .....   | 580 |
| 4. Disposições Processuais: Revogação do Rito Previsto nos<br>Arts. 103 a 107 da Lei n.º 8.666/93 ..... | 582 |
| 5. Conclusão .....  | 583 |